

# Sarney: Plano Cruzado

Jornal de Brasília

## não é fim, é meio

«O Plano Cruzado não é um fim em si mesmo, é um meio. Ele se destina a dar estabilidade econômica ao país. Havendo estabilidade econômica, há estabilidade política. Temos de corrigir, acertar pontos falhos dentro do objetivo de melhorar a vida das pessoas».

O depoimento é do presidente José Sarney, em entrevista à revista *Veja*, que estará nas bancas nesta segunda-feira. Completando o pensamento, Sarney diz que «Não estamos mais na fase dos fiscais do Sarney. Os fiscais do Sarney nasceram de um momento de emoção. Hoje o momento é de racionalidade».

As mudanças que o presidente Sarney pretende efetuar depois do dia 15 de novembro localizam-se na área econômica: a reforma do Plano Cruzado. Nesse plano de correções está o reajuste das tarifas que, segundo o presidente, «manter as tarifas baixas e cobrir as diferenças com ardis ou com queda nos serviços é iludir o povo. O usuário tem o direito de exigir um serviço à altura».

### Determinação

Nas vésperas das eleições do dia 15, o presidente anuncia, desde já a sua determinação de não mexer no seu ministério em função das urnas e diz: «O resultado da eleição não terá nenhuma influência sobre o meu ministério. O equilíbrio das forças entre o PMDB e o PFL foi

levado em conta quando formei o ministério. O resultado eleitoral é consequência desse governo».

No que se refere à Carta Magna a ser elaborada pela Assembléia Nacional Constituinte o presidente Sarney acredita que «o que uma constituição pode fazer é criar mecanismos capazes de viabilizar a estabilidade das instituições democráticas. Política é um misto de sonho e realidade. Quando o sonho é agredido pela realidade, aparece algo que chamamos de crise. Prever tais momentos é um papel fundamental da constituição, pois só assim poderemos ter esperança de que o sonho sobreviva».

Nesse sonho, o presidente José Sarney não inclui um segundo mandato mesmo que na próxima constituição conste a legitimidade da reeleição presidencial. «Sou contra. Não aceito a reeleição».

Em relação à caminhada que o levou ao Palácio do Planalto, em março de 1985 até a cabine de votação no próximo dia 15, Sarney diz: «Conseguimos, com uma grande obra de engenharia política, instituir no Brasil um regime civil. Mas é necessário andar muito mais do que já andamos até agora, para que nossas conquistas não sejam algo passageiro. Não podemos ter, aqui no Brasil, uma primavera de Praga. A passagem para a democracia ainda não está concluída. Temos de construir fortes».

## Mudanças depois das eleições

### Frota Neto

Assim que as urnas se fecharem, no dia 15, as coisas vão começar a acontecer na economia. O presidente Sarney dispõe de duas grandes frentes para mobilizar os brasileiros no setor econômico. Verdade é que nada de novo ameaça a economia. Mas é também verdade que as ameaças de ontem continuam hoje: risco de asfixia provocada pela dívida externa (ainda não renegociada) e pela ausência de investimentos produtivos novos (que estão semiparalisados).

Alguma coisa vai, pois, começar a acontecer. Precisa acontecer. Há muitas propostas sendo encaminhadas ao terceiro andar do Palácio do Planalto e examinadas a partir dessa relação com a Esplanada dos Ministérios. Nenhuma das proposições, porém, recebeu, até agora, a aprovação formal do presidente Sarney, ainda que muitas delas estejam contando com a chancela de ministros de consenso de grupos de assessores, inclusive os chamados «pais do cruzado».

### O risco nos índices

Numa primeira leitura, todos os indicadores em exame são positivos. Há queda no desemprego, a inflação continua baixa, quase nula, o consumo mantém-se elevado. Mas numa releitura que o presidente Sarney faz esses indicadores positivos revelam, como termômetros, que há uma febre e uma infecção econômico-financeira que precisa ser combatida. Questões políticas e sociais estão girando na base de evolução das soluções que forem, para tais questões/problemas, apresentadas.

Do que se tem informação, a intenção do presidente Sarney é fazer um encontro/confronto de ideias. Saber a validade, caminhos e metas de cada uma das propostas, e, em sua síntese, compatibilizar toda a estrutura com o seu programa de governo. Há dois momentos passados que apontam nesse sentido. Primeiro, os encontros da Granja do torto, com economistas, em-

presários e outros segmentos sociais, encontros esses que permitiram a construção do Plano Cruzado a partir da busca de identificação de diagnósticos diferenciados. Depois, foi a vez da Reunião de Carajas, onde houve a identificação de saídas possíveis (novos investimentos) para o cenário econômico derivado do cruzado. Agora parece haver chegado a vez do terceiro momento: aplicar, implementar e acelerar aquela saída identificada.

A renegociação da dívida externa tem que ser precedida de alguns passos: função de velocidade e ajustamento. Passos que já começaram a ser ensaiados. O governo rende-se à realidade, e deverá aplicar algum aperto monetário, continuará praticando a revisão na administração de preços e tarifas, e, coroadando o processo, deverá entender-se com o Clube de Paris, o que exige um acerto antecipado com os Estados Unidos. Das três pontas, do triângulo contencioso, apenas uma é, atualmente, negociável: reserva de mercado para informática (questão de lei), monopólio de telecomunicação (constitucional) e presença de bancos estrangeiros (Conselho Monetário e presidente da República).

Todas as opções sobre o que fazer e sobre como fazer estão na dependência de uma decisão política. Decisão essa exclusiva do presidente da República, embora haja consenso técnico sobre muitas delas, rejeitadas pelo presidente Sarney sempre que coloquem em risco os programas sociais. Mas há um aceno positivo em todo o quebra-cabeça de soluções técnicas e objetivos político-sociais. Segundo o professor Rudi Dornbusch, do Massachusetts Institute of Technology (MIT) se o governo Sarney fizer uma reforma fiscal, livrar-se do «gatilho salarial», proceder a algum descongelamento de preços/tarifas e realizar um gradual corte nas despesas públicas, o presidente Sarney poderá Promover o crescimento da economia brasileira em níveis que não têm se registrado desde 1960 — o período de Juscelino.